



Relatório de Gestão



Cada pessoa que se junta a nós é uma peça fundamental. O nosso crescimento e expansão não são apenas números, mas histórias de vidas transformadas, sonhos realizados e comunidades fortalecidas. À medida que avançamos, nossos passos reverberam por todos os cantos, levando oportunidades e mudando destinos.

União



e movimento

Cooperar é o que nos move

Imagine um mundo onde cada passo dado é impulsionado pelo poder da união. Um lugar onde a solidariedade, a confiança e a colaboração são as forças motrizes por trás do crescimento e do desenvolvimento de cada indivíduo. Bem-vindo ao nosso universo de cooperação, onde acreditamos que juntos podemos alcançar o inimaginável.

Aqui, a cooperação é muito mais do que uma palavra no dicionário, é uma filosofia que permeia cada fibra do nosso ser. Quando nos unimos, movidos pela cooperação, somos capazes de superar desafios e criar um futuro brilhante.

Junte-se a nós e sinta o poder dessa força transformadora.

7

Princípios do cooperativismo



1) Adesão livre e voluntária

Liberdade e igualdade são a base do primeiro princípio. No cooperativismo qualquer pessoa pode se tornar um cooperado, desde que faça isso de forma livre e voluntária, e esteja disposta a assumir suas responsabilidades.



2) Gestão democrática

Todos os cooperados têm direito a um voto. As decisões dentro da cooperativa são tomadas democraticamente, ou seja, todos têm a mesma importância.



3) Participação econômica

Todas as pessoas que integralizam capital em uma cooperativa se tornam cooperadas e participam do retorno financeiro da instituição anualmente.



4) Autonomia e independência

As cooperativas são autônomas, ou seja, são controladas pelos seus associados. No caso de cooperativas de crédito, elas são fiscalizadas e supervisionadas por órgãos estatais, como Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil, que traz ainda mais segurança aos associados.



5) Educação, formação e informação

As cooperativas têm compromisso com a educação e a formação de seus membros, representantes e colaboradores. Assim, garante que todos possam sempre contribuir da melhor maneira para o desenvolvimento da própria cooperativa e também da comunidade.



6) Interooperação

No cooperativismo todos se ajudam! Além do trabalho feito em conjunto dentro de cada cooperativa, essa ajuda mútua também acontece entre as cooperativas, independente de estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.



7) Interesse pela comunidade

Todas as cooperativas trabalham por um bem comum: a comunidade, buscando o desenvolvimento sustentável onde seus cooperados estão inseridos.



Para você e sua empresa



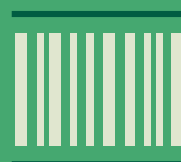
Financiamentos



Empréstimos



Capital de Giro



Boletos



Maquininha



Cartões



Consórcios



Cheques



Aplicações



Seguros



Previdência



Conta Kids



App CredíSIS



Internet Banking

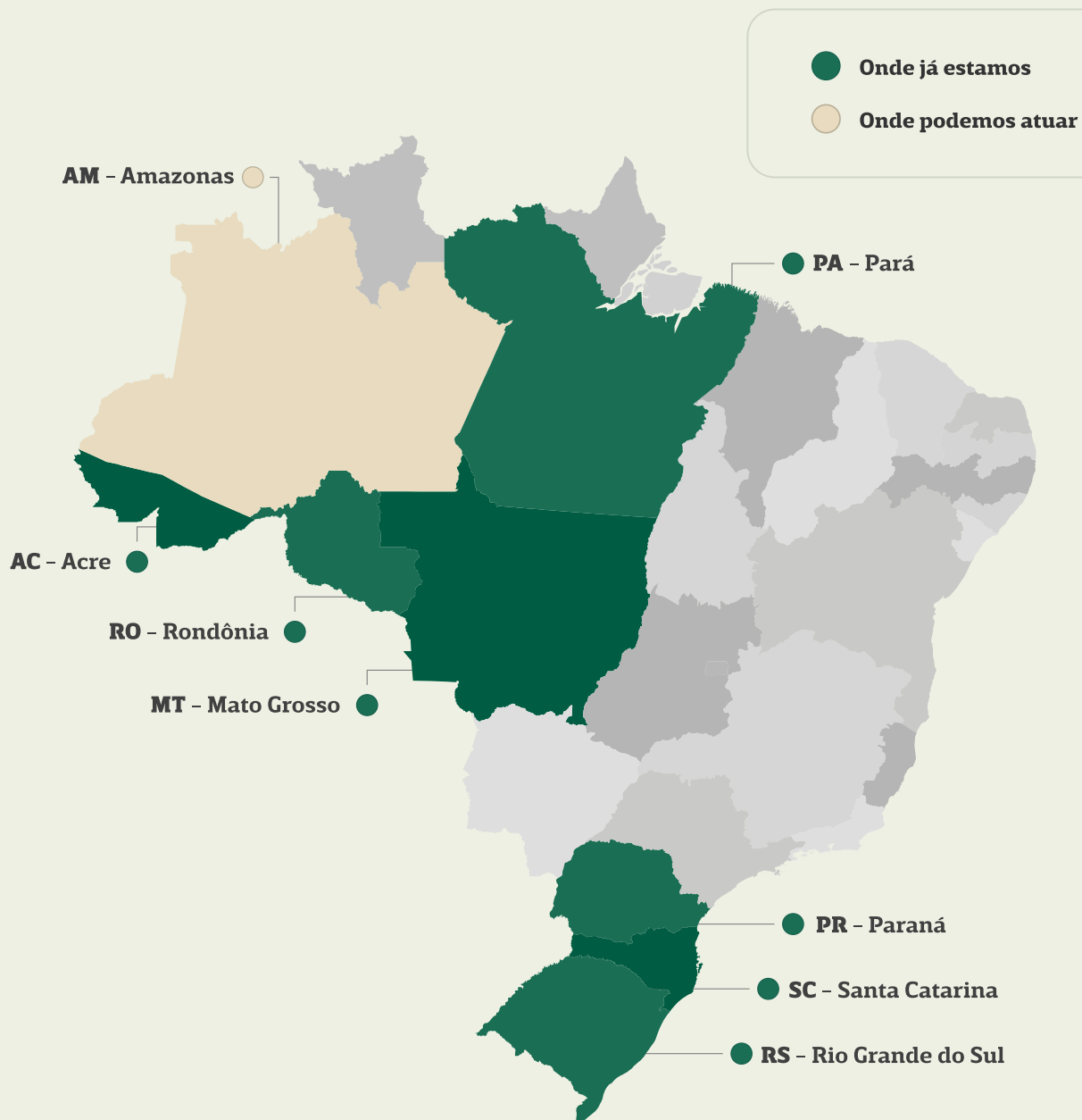


Caixas Eletrônicos



Pix

Mapa de atuação



07 estados • **51** municípios • **10** distritos

12 cooperativas • **71** agências • **70** mil cooperados



A revolução da --- cooperação

Acreditamos na cooperação não como um conceito abstrato, mas como uma força viva que pulsa em nossas veias. Essa força nos conecta a um propósito, nos faz olhar sempre na mesma direção e buscar um objetivo comum: o desenvolvimento pela transformação.

E você está convidado a fazer parte dessa revolução da cooperação. Juntos, vamos escrever uma história de crescimento, fortalecimento e prosperidade.

Sumário

Cooperar é o que nos move	03
7 princípios do cooperativismo	04
Para você e sua empresa	06
Mapa de atuação CrediSIS	07
A revolução da cooperação	08
Parecer do conselho fiscal	10
Palavra do Presidente	11
Relatório da Administração	12
Evolução dos Resultados	13
Relatório dos Auditores Independentes	14
Demonstrações Financeiras	
Balancos patrimoniais	16
Demonstrações do resultado	17
Demonstrações do resultado abrangente	18
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	18
Demonstrações dos fluxos de caixa	19
Notas explicativas às demonstrações financeiras	21
1 Contexto operacional	21
2 Apresentação das demonstrações financeiras	21
2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação	22
2.2 Continuidade dos negócios	24
3 Resumo das principais práticas contábeis	24
4 Caixa e equivalentes de caixa	27
5 Títulos e valores imobiliários	28
6 Relações interfinanceiras	28
7 Operações de crédito	28
8 (-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	29
9 Outros ativos	29
10 Imobilizado de uso, intangível, depreciações e amortizações	30
11 Depósitos	30
12 Recursos de aceite e emissão de títulos	30
13 Outros Passivos	31
14 Passivos contingentes	31
15 Patrimônio líquido	31
16 Ingressos de operações de crédito	32
17 Ingressos e receitas de prestação de serviços e tarifas	33
18 Dispêndios e despesas de pessoal	33
19 Outros dispêndios e despesas administrativas	33
20 Outros ingressos e receitas operacionais	34
21 Outros dispêndios e despesas operacionais	34
22 Outras receitas e despesas	34
23 Resultado não recorrente	34
24 Partes relacionadas	34
24.1 CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda.	35
25 Índice de Basileia	36
26 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos	36
27 Seguros contratados	37

Parecer Conselho Fiscal

Os abaixo-assinados, membros do Conselho Fiscal da CREDISIS CREDISUL, em reunião realizada no dia 20 de março de 2024, em observância ao dispositivo no artigo 56, da lei 5.764/71, e no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, compreendendo o Balanço Patrimonial, Demonstrativos do Resultado do Exercício e demais documentos e informações pertinentes às operações realizadas pela CREDISIS CREDISUL - Cooperativa de Crédito.

Com base nos documentos examinados, nas análises levadas a efeito e nos esclarecimentos apresentados por representantes da CREDISIS CREDISUL e tendo em conta os relatórios e parecer da auditoria externa realizada, é de parecer que os citados documentos estão em conformidade com as prescrições legais e refletem adequadamente a posição patrimonial e econômico-financeira da Cooperativa no referido exercício social, razão pela qual opinam favoravelmente à aprovação de tais documentos pela Assembleia Geral de Cooperados.

Erechim, 20 de março de 2024.

Andrea Carla Rohden

Augusto Leopoldo Faggion

Edgar Radeski

Palavra do Presidente



Ao tempo em que conservamos o nosso compromisso em continuar sendo reconhecida como a melhor provedora de soluções financeiras aos nossos cooperados, continuamos focados em ações transparentes, contando com apoio imprescindível dos nossos parceiros, sendo também submetidos a regulares auditorias e à fiscalização do Banco Central do Brasil.

Nossos resultados são sempre abertos. Temos orgulho em buscar continuamente, ser uma instituição financeira que personaliza o atendimento, oferecendo serviços específicos, respeitando a realidade de cada cooperado e, com especial atenção, em trazer propostas de crédito com condições melhores que as apresentadas no mercado. Nosso intuito enquanto cooperativa é intermediar a aquisição de bens e serviços, entre outros.

Todas essas atuações demonstram que a CrediSis CrediSul está cada vez mais presente no dia a dia de cada cooperado

e de seus familiares, colaborando para a realização de sonhos, promovendo maior inclusão financeira e amparando o desenvolvimento econômico em nossa região. A cooperativa almeja que nosso cooperado atinja seus objetivos seja na aquisição de um transporte, no investimento na educação dos filhos, quitação de dívidas, ou disponibilizando outros serviços que refletem em melhorias diretas, aos cooperados nas esferas Rural, Comercial e Industrial de Erechim e região.

Nossa proposta para o ano entrante é focar nossas atuações nos itens apresentados no Planejamento Estratégico e prosseguir fortalecendo a imagem institucional da CrediSis CrediSul, por meio da busca contínua por ampliar o nosso quadro social, assim como acarretando novos serviços que venham somar, em prol a cada cooperado.

Temos excelentes expectativas. Pretendemos fechar o ano de 2024 com, no mínimo duas novas agências, conforme aumento de nossa área de atuação. E o nosso objetivo é este, fomentar o cooperativismo e alavancar a economia com um atendimento humanizado, promovendo condições para nossos cooperados. Cumprindo assim nosso desempenho cooperativista.

Por fim, almejamos que em 2024 continuaremos a priorizar nossa origem e cooperando para termos uma CrediSis CrediSul cada vez melhor!

Gilson Henrique Mayer Carlotto

Presidente
CrediSis CrediSul/RS

Relatório da Administração

Exercício 2023

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818 de 29/05/2020, a Instrução Normativa BCB nº 236 de 17/02/2022 e em aderência ao princípio fundamental da governança cooperativa, o qual enfatiza a transparência, apresentamos a prestação de contas referente às nossas atividades no segundo semestre do ano de 2023.

Em 2023 a CrediSis CrediSul não mediu esforços para melhor desempenhar a tarefa de administrar as operações e as atividades da cooperativa zelando sempre pelo patrimônio que pertence a todos os associados.

O marco histórico para a CrediSis CrediSul para o de ano de 2023, foi a autorização da incorporação da Central Cecresul, firmando uma parceria altamente positiva com a CrediSIS Central, que a médio prazo nos colocará em condições de disputar com outras cooperativas e bancos, pois conseguiremos ofertar aos nossos associados os mesmos produtos com menor valor nas taxas e custos.

Hoje já temos disponíveis para contratação os cartões de crédito e débito (Gold, Platinum e Empresarial), seguros em geral, consórcios e maquininhas de cartão. Isso para a CrediSis CrediSul é um avanço significativo, pois conseguimos atender os associados de uma forma mais completa.

Por meio dessa parceria estabelecida com o Sistema CrediSIS, consolidamo-nos no cenário digital, proporcionando aos associados a praticidade de efetuarem suas transações financeiras diretamente por meio do aplicativo, eliminando, assim, a necessidade de deslocamento até a cooperativa.

A CrediSis CrediSul incentiva permanentemente a formação e desenvolvimento profissional dos nossos colaboradores, através dos cursos e treinamentos oferecidos pela Central.

Contamos com a área de ação, sempre previamente referendada pela CREDISIS, nos seguintes municípios no Estado Rio Grande do Sul: Aratiba, Áurea, Barão de Cotegipe, Barra do Rio Azul, Campinas do Sul, Carlos Gomes, Centenário, Charrua, Cruzaltense, Entre Rios do Sul, Erebangó, Erechim, Eral Grande, Estação, Faxinalzinho, Floriano Peixoto, Gaurama, Getúlio Vargas, Ipiranga do Sul, Itatiba do Sul, Jacutinga, Marcelino Ramos, Mariano Moro Paulo Bento, Ponte Preta, Quatro Irmãos, São Valentin, Severiano de Almeida, Três Arroios e Viadutos; e aos seguintes municípios no Estado de Santa Catarina: Capinzal, Chapecó, Concórdia, Joaçaba, Xanxerê e Xaxim.

Área de admissão de associados, visando atender aos associados tanto de forma presencial quanto eletrônica, em qualquer localidade do território nacional.

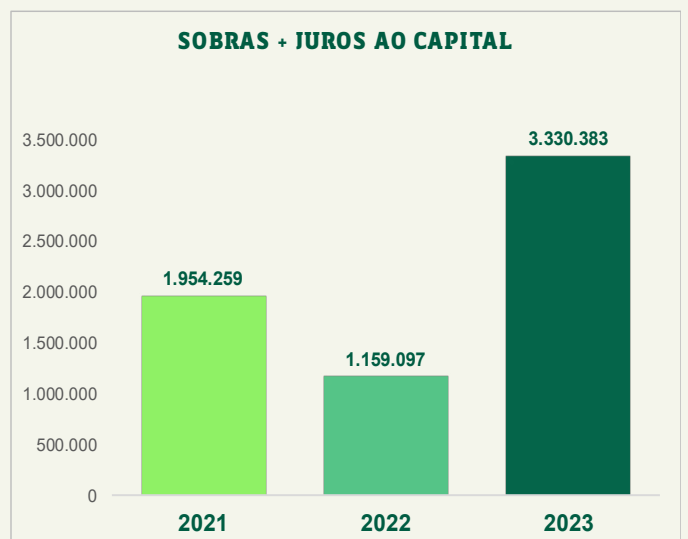
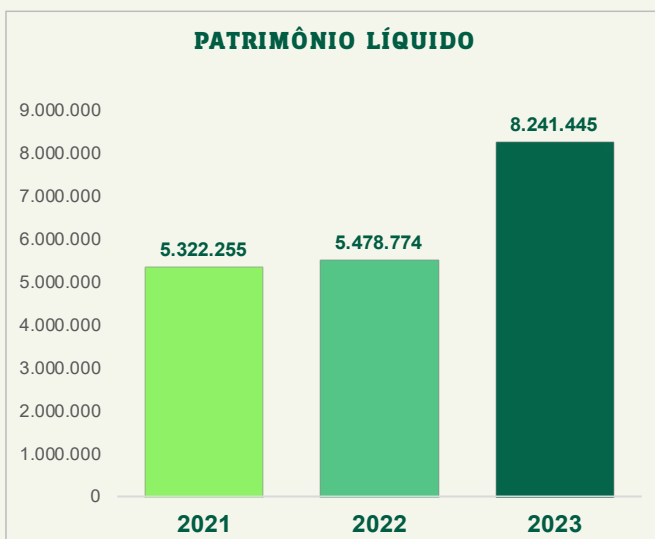
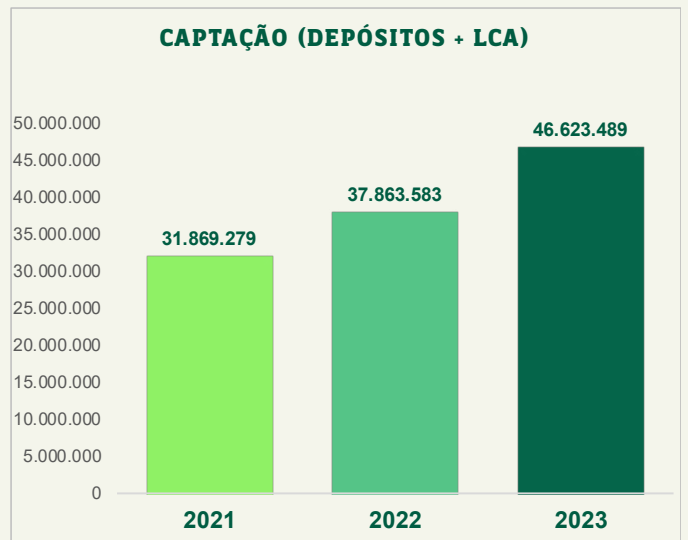
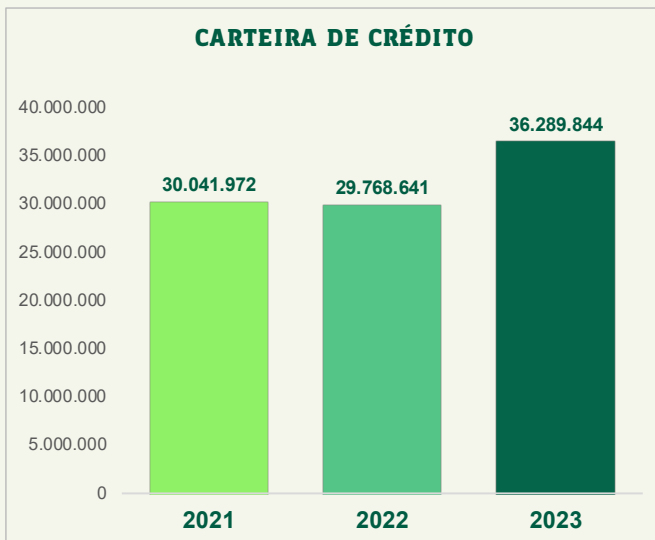
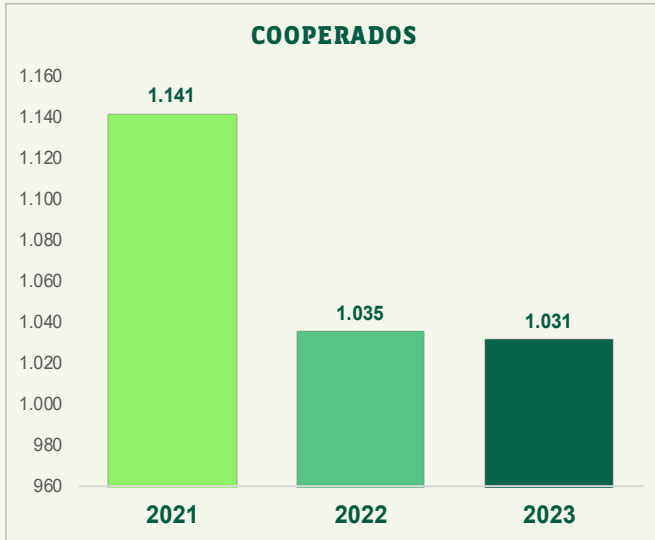
A cooperativa encontra-se capacitada para enfrentar novos desafios e está em constante preparo para expandir e fortalecer sua presença.

A Diretoria expressa profundo agradecimento a cada associado pela confiança depositada na CrediSis CrediSul ao longo do primeiro semestre de 2023. Estamos comprometidos em seguir avançando juntos.

É uma honra integrar esta administração.

Antonio Itacir Marcon
Presidente do Conselho de Administração

Evolução dos Resultados





Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações

Aos cooperados e administradores da Credisul Credisul. Erechim - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa Credisul/Credisul, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa Credisul/Credisul Cooperativa de Crédito em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras do exercício anterior, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outro auditor independente, cujo relatório, datado de 20 de abril de 2023, não continha modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre este relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando

aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 16 de fevereiro de 2023.

Moore Prisma Auditores Independentes

CRC 2SPO17256/O-3 S "RS"

Julio Cesar Dias

Contador - CRC 1SP322496/O-1 S "RS"

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Em reais

Ativo	NOTA	2023	2022
Disponibilidades	4	275.558	521.889
Instrumentos financeiros		56.766.930	44.696.804
Títulos e valores mobiliários	5	984.784	771.131
Relações interfinanceiras	6	19.468.423	14.147.388
Operações de crédito	7	36.289.844	29.768.641
Outros ativos financeiros		23.879	9.644
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8	(1.290.457)	(1.016.091)
Outros ativos	9	85.260	102.053
Imobilizado de uso	10	586.861	454.663
Intangível	10	77.847	77.847
(-) Depreciações e amortizações	10	(394.717)	(317.654)
Total do Ativo		56.107.282	44.519.511
Passivo			
Depósitos	11	45.582.872	37.863.584
Demais instrumentos financeiros		1.079.181	148.848
Recursos de aceite e emissão de títulos	12	1.040.617	-
Relações interfinanceiras		-	128.850
Outros passivos financeiros		38.564	19.998
Obrigações fiscais correntes e diferidas		101.706	106.833
Outros passivos	13	1.102.078	921.473
		56.107.282	44.519.511
Patrimônio Líquido	15		
Capital social		3.524.487	2.968.012
Reservas de sobras		2.116.677	1.670.416
Sobras acumuladas		2.600.281	840.345
		8.241.445	5.478.773
Total do passivo e patrimônio líquido		56.107.282	44.519.511

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Em reais

		2023	2022
	NOTA	2º semestre	Exercício
		Exercício	Exercício
Ingressos e receitas da intermediação financeira			
Operações de crédito		6.076.790	11.789.042
Ingressos de depósitos intercooperativos	16	4.949.990	9.706.654
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	6(i)	1.126.800	2.082.388
Dispêndios e despesas da intermediação financeira			
Operações de captação no mercado	11(i)	(2.533.439)	(4.980.574)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8b	(414.466)	(549.052)
Resultado bruto da intermediação financeira			
		3.128.885	6.259.416
Outros ingressos e receitas/dispêndios e despesas operacionais			
Ingressos e receitas de prestação de serviços	17	253.919	465.281
Rendas de tarifas	17	8.880	17.445
Dispêndios e despesas de pessoal	18	(1.091.220)	(2.392.467)
Outros dispêndios e despesas administrativas	19	(681.619)	(1.284.903)
Dispêndios e despesas tributárias		(5.556)	(5.556)
Resultado de participações em coligadas e controladas		60.460	100.730
Outros ingressos e receitas operacionais	20	20.864	77.816
Outros dispêndios e despesas operacionais	21	(57.333)	(95.307)
Resultado operacional			
		1.637.280	3.142.456
Outras receitas e despesas			
	22	180.614	175.574
Sobras antes da tributação			
		1.817.894	3.318.030
Imposto de renda e contribuição social			
Imposto de renda sobre atos não cooperados		(20.301)	(21.575)
Contribuição social sobre atos não cooperados		(10.350)	(10.987)
		(9.951)	(10.588)
Sobras do período antes das destinações e dos juros ao capital			
		1.797.593	3.296.455
Juros ao capital			
	15b	(258.474)	(258.485)
Sobras do período antes das destinações			
		1.539.119	3.037.970

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Em reais

	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Sobras do período antes das destinações e dos juros ao capital	1.797.593	3.296.455	1.159.098
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Total do resultado abrangente	1.797.593	3.296.455	1.159.098

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Em reais

	Capital subscrito	Reserva legal	Reserva para Contingências	Reserva para Expansão	Sobras acumuladas	Totais
Saldos em 01/01/2022	2.575.933	687.349	397.843	-	1.661.129	5.322.254
Destinações das sobras do exercício anterior:						
Constituição de reservas				500.000	(500.000)	-
Distribuição de sobras para associados					(1.161.129)	(1.161.129)
Movimentação de capital:						
Por Subscrição/realização	481.434					481.434
Por devolução (-)	(249.860)					(249.860)
Utilizações de reservas				(13.640)		(13.640)
Sobras do período antes das destinações e dos juros ao capital					1.159.098	1.159.098
Juros sobre o capital próprio, líquido	160.505				(168.292)	(7.787)
Destinações das sobras do período:						
Reserva legal		98.864			(98.864)	-
FATES - Atos cooperativos					(49.433)	(49.433)
FATES - Atos não cooperativos					(2.164)	(2.164)
Saldos em 31/12/2022	2.968.012	786.213	397.843	486.360	840.345	5.478.773
Saldos em 01/01/2023	2.968.012	786.213	397.843	486.360	840.345	5.478.773
Destinações das sobras do exercício anterior:						
Ao capital	208.039	-	-	-	(208.039)	-
Constituição de reservas	-	-	-	140.345	(140.345)	-
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	-	(491.961)	(491.961)
Movimentação de capital:						
Por integralização	266.869	-	-	-	-	266.869
Por devolução (-)	(168.372)	-	-	-	-	(168.372)
Sobras do período antes das destinações e dos juros ao capital	-	-	-	-	3.296.455	3.296.455
Utilização FATES	-	-	-	-	33.929	33.929
Remuneração de juros sobre o capital próprio:						
Provisão de juros sobre o capital próprio	250.439	-	-	-	(258.485)	(8.046)
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	(765)	-	-	-	-	(765)
Destinações das sobras do período:						
Reserva legal	-	305.916	-	-	(305.916)	-
FATES - Atos cooperativos	-	-	-	-	(152.958)	(152.958)
FATES - Atos não cooperativos	-	-	-	-	(12.744)	(12.744)
Saldos em 31/12/2023	3.524.487	1.092.129	397.843	626.705	2.600.281	8.241.445

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Em reais

	Capital subscrito	Reserva legal	Reserva para Contingências	Reserva para Expansão	Sobras acumuladas	Totais
Saldos em 01/07/2023	3.248.720	786.213	397.843	626.705	1.498.851	6.558.332
Movimentação de capital:						
Por integralização	93.865	-	-	-	-	93.865
Por devolução (-)	(68.037)	-	-	-	-	(68.037)
Sobras do período antes das destinações e dos juros ao capital	-	-	-	-	1.797.593	1.797.593
Utilização FATES	-	-	-	-	33.929	33.929
Remuneração de juros sobre o capital próprio:						
Provisão de juros sobre o capital próprio	250.439	-	-	-	(258.474)	(8.535)
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	(765)	-	-	-	-	(765)
Destinações das sobras do período:						
Reserva legal	-	305.916	-	-	(305.916)	-
FATES - Atos cooperativos	-	-	-	-	(152.958)	(152.958)
FATES - Atos não cooperativos	-	-	-	-	(12.744)	(12.744)
Saldos em 31/12/2023	3.524.487	1.092.129	397.843	626.705	2.600.281	8.241.445

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Em reais

	2023	2022
	2º semestre	Exercício
Sobras antes da tributação	1.817.894	3.318.030
Provisões/reversões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(414.466)	(549.052)
Perdas por baixas de imobilizado	-	48.630
Depreciações e amortizações	35.498	77.062
Sobras antes da tributação ajustado	1.438.926	2.846.040
Aumento (redução) em ativos operacionais		
Relações interfinanceiras	726.261	107.648
Operações de crédito	(2.609.925)	(5.712.020)
Outros ativos financeiros	210.518	-
Ativos fiscais correntes e diferidos	-	327
Outros ativos	40.015	16.793
Aumento (redução) em passivos operacionais		
Depósitos	2.311.625	7.719.288
Recursos de aceite e emissão de títulos	1.040.617	1.040.617
Relações interfinanceiras	(215.975)	(128.850)
Outros passivos financeiros	(5.411)	18.566
Obrigações fiscais correntes	34.411	(5.127)
Outros passivos	131.488	40.286
Imposto de renda	(10.350)	(10.987)
Contribuição social	(9.951)	(10.588)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	3.082.249	5.921.666
Atividades de investimentos		
Aquisição de investimentos	(194.861)	(213.653)
Aquisição de imobilizado de uso	(112.511)	(132.197)
Aquisição de intangível	-	(77.847)

Continua...

Demonstrações dos fluxos de caixa

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Em reais

...Continuação

	2023	2022	
	2º semestre	Exercício	Exercício
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos	(307.372)	(345.850)	(189.306)
Atividades de financiamentos			
Aumento por novos aportes de capital	93.865	266.869	481.434
Devolução de capital à cooperados	(68.037)	(168.372)	(249.860)
Distribuição de sobras para associados	-	(491.961)	(1.161.129)
Utilizações de reservas	-	-	(13.640)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	25.828	(393.464)	(943.195)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	2.800.705	5.182.352	6.492.203
Modificações líquidas de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	16.911.583	14.529.936	8.037.733
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	19.712.288	19.712.288	14.529.936
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	2.800.705	5.182.352	6.492.203

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.
Em reais

1. Contexto operacional

A Cooperativa CrediSIS/Credisul Cooperativa de Crédito fundada em 04 de março de 2005, é uma instituição financeira não bancária, sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, de pessoas, de natureza simples e sem fins lucrativos. Em relação ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, a mesma adquiriu personalidade na data de 17 de julho de 2005, através do registro sob nº 07.494.300/0001-13.

A Cooperativa está sediada na Avenida Sete de Setembro, Nº 590, sala 03, Centro, em Erechim RS e tem sua área de ação nos municípios de Aratiba, Áurea, Barão de Cotegipe, Barra do Rio Azul, Campinas do Sul, Carlos Gomes, Centenário, Charrua, Cruzaltense, Entre Rios do Sul, Erebango, Erechim, Erval Grande, Estação, Faxinalzinho, Floriano Peixoto, Gaurama, Getúlio Vargas, Ipiranga do Sul, Itatiba do Sul, Jacutinga, Marcelino Ramos, Mariano Moro Paulo Bento, Ponte Preta, Quatro Irmãos, São Valentin, Severiano de Almeida, Três Arroios e Viadutos, todos no Estado do Rio Grande do Sul e Capinzal, Chapecó, Concórdia, Joaçaba, Xanxerê e Xaxim., todos no Estado de Santa Catarina.

Tem por objetivo o desenvolvimento de programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito, proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira que atenda às necessidades específicas dos cooperados, buscando apoiar e aprimorar a produção, a produtividade e a qualidade de vida, bem como a comercialização e industrialização dos bens produzidos, além da formação educacional de seus cooperados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias; pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo; pela Lei Complementar nº 130/2009, alterada pela Lei Complementar nº 196/2022, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo; pela Resolução CMN nº 5.051/2022, que dispõe sobre a organização e o funcionamento de cooperativas de crédito; e pela Resolução CMN nº 4.970/2021, que disciplina os processos de autorização relacionados ao funcionamento das instituições que especifica. É filiada à CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 16 de fevereiro de 2024, as quais são de sua responsabilidade e foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as regulamentações emanadas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil – Bacen, incluindo a Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020 que regulamentaram procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Foram observadas também, as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo Bacen e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/1964 e nº 5.764/1971, com alterações pela Lei Complementar nº 130/2009, alterada pela Lei Complementar nº 196/2022.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Bacen, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme CPC 00(R2), 01(R1), 03(R2), 04(R1), 05(R1), 10(R1), 23, 24, 25, 27, 33(R1), 41, 46 e 47. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Bacen foram empregados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras, quando aplicáveis à esta Cooperativa.

2.1. Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em períodos anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o exercício de 2022 e 2023:

Instrução Normativa BCB nº 319, de 4 de novembro de 2022: a norma revogou a Carta Circular nº 3.429 de 11/2/2010, excluindo a possibilidade de reconhecer no passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial, para as quais não exista probabilidade de perda. O impacto resumiu-se na análise sistemática das provisões passivas constituídas, referentes a processos judiciais em andamento.

Resolução CMN nº 5.051, de 25 de novembro de 2022: dispõe sobre a organização e o funcionamento de cooperativas de crédito. Em suma, consolida em ato normativo único sobre práticas atribuíveis às cooperativas filiadas, cooperativas centrais e confederações de crédito.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN n.º 4.966, de 25 de novembro de 2021: a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais. Entra em vigor em 1º/1/2025, exceto para os itens citados na sessão anterior, cuja vigência teve início em 1º/1/2022.

A implementação da Resolução CMN N° 4.966/2021 que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicados aos Instrumentos Financeiros é um projeto institucional, o qual será analisado e executado por integrantes das áreas de contabilidade, risco, compliance, supervisão, crédito e tecnologia do sistema CrediSIS com anuência do Conselho de Administração, conforme determina o artigo 76. Diante da magnitude da Resolução em análise e o impacto contábil, com a revogação de 19 normativos, em especial a revogação da Resolução CMN N° 2.682/99 que dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, o sistema CrediSIS dividiu o projeto em etapas a fim de possibilitar uma transição mais eficiente, buscando pontos de assimetria com a política atual adotada pela Cooperativa Central, levando em consideração as modificações necessárias no sistema de tecnologia e desenhando atividades, responsáveis e prazos para adequação de sistema e processos de trabalho às medidas apresentadas até 1º de janeiro de 2025, data em que a Resolução entrará em vigor. Considerando a data de implantação da citada resolução o Sistema CrediSIS revisou a estrutura para atender a norma e contratou a empresa de Consultoria

BIP para a Implantação da Resolução CMN 4.966/2021 e revisou o cronograma contendo as etapas até sua entrada em vigor, sendo:

- Etapa 01 (2024): Assessment e Plano de Projeto - Avaliação dos ativos e passivos financeiros conforme o modelo de negócios da Cooperativa Central e características contratuais dos fluxos de caixa.
- Etapa 02 (2024): Modelagem de Perdas Esperadas (Modelo Simplificado) - Considerando o enquadramento da instituição como S5, o modelo de impairment de ativos financeiros será realizado considerando o modelo simplificado aplicável para instituições enquadradas nos segmentos S4 e S5, conforme definição do Banco Central.
- Etapa 03 (2024): Sistemas - Desenho do mapa de referência de arquitetura de sistemas e produtos impactados pela resolução, referenciado pelas mudanças normativas (arquitetura de referência R4966) e disponibilização da versão de teste do sistema.
- Etapa 04 (2024): Conclusão dos testes do sistema pelas áreas de contabilidade, risco, supervisão e negócios.
- Etapa 05 (2024): Disponibilização da versão final do sistema de tecnologia.
- Etapa 06 (2024): Análise dos impactos estimados sobre o resultado e posição financeira da instituição com a implementação da regulação contábil estabelecida na Resolução CMN No 4.966/2021.

Os impactos completos serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo.

Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022: dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo autoriza a dedução, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações em inadimplência e operações com pessoa jurídica em processo de falência ou em recuperação judicial.

Os impactos estão sendo analisados pela Cooperativa e serão considerados até a data da vigência do normativo. Entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF: em consonância à reforma futura trazida pela Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação completa do elenco de contas do Cosif, estabelecendo a nova estrutura dos grupos e subgrupos de contas, bem como limitando os níveis de agregação do elenco de contas. Os pontos mencionados foram publicados pelo órgão nos seguintes normativos:

- i. Resolução BCB nº 255, de 1 de novembro de 2022: trata da estrutura do elenco de contas do Cosif;
- ii. Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: define os subgrupos contábeis do elenco de contas do Cosif; e
- iii. Resolução BCB nº 320, de 31 de maio de 2023: define o limite de níveis de agregação do elenco de contas do Cosif.

Iniciou-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A Resolução BCB nº 352/23, revogou os requisitos estabelecidos pela Resolução BCB nº 309, de 28 de março de 2023, estabelecendo procedimentos contábeis sobre: a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro; a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas.

Não há outras normas a serem aplicadas em períodos futuros que a Cooperativa tenha avaliado impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

2.2. Continuidade dos negócios

A administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras da Cooperativa foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais adotadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão resumidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência. Sobre o resultado de eventuais operações realizadas com não cooperados (ato não cooperativo) são apurados e recolhidos os impostos devidos. Os resultados destas operações são levados à conta do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES, conforme previsto na Lei nº 5.764/1971.

b) Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cooperativa no processo de aplicação das práticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A administração da Cooperativa monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos anualmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e centralização financeira mantida na Central.

d) Títulos e valores mobiliários – participações em cooperativas

Participações em cooperativa, registrados pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela resolução CMN nº 4.817/2020.

e) Relações interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a Cooperativa Central, e utilizados por ela para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.

f) Operações de crédito

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço, observados os índices contratados. Para as operações vencidas há mais de 60 dias, os juros permanecerão em rendas a apropriar, até a liquidação da operação.

g) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Sobre as perdas esperadas associadas ao risco de crédito, a administração da Cooperativa constituiu provisão para perdas em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, com base em critérios consistentes e verificáveis, amparados por informações internas e externas, pelo menos em relação ao devedor e seus garantidores (situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica e limite de crédito) e, em relação à operação (natureza e finalidade, características das garantias com suficiência de liquidez e valor), conforme determina a Resolução CMN nº 2.682/1999, que classifica as operações em nove níveis de risco (de AA a H).

h) Imobilizado de uso

As imobilizações de uso são demonstradas pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplam a estimativa de vida útil-econômica dos bens.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 27 – Ativo imobilizado, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.535/2016.

i) Intangível

Corresponde aos ativos não monetários, identificáveis, controláveis e sem existência física, adquiridos e destinados para utilização da Cooperativa na manutenção de suas atividades e na geração de benefícios econômicos futuros. Estão reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição, e a amortização é reconhecida mensalmente, a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil econômica dos bens ativos, revistas no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.534/2016.

j) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado, o ativo intangível e os outros ativos não circulantes são revistos anualmente de acordo com os critérios definidos pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/2008, revogado pela Resolução CMN nº 4.924/2021, para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou ainda sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

k) Depósitos e recursos de aceite e emissão de títulos

Os depósitos à vista não são remunerados. Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “pro rata die”.

l) Relações interfinanceiras - passivo

São atualizadas pelos encargos contratados incorridos até a data do balanço.

m) Demais ativos e passivos

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pela administração da Cooperativa quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer à instâncias superiores e a experiência histórica. As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de provisões e passivos contingentes estão de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009. A administração da Cooperativa revisa periodicamente a situação dos passivos contingentes.

o) Segregação do circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante e estão sendo apresentados nas notas explicativas.

p) Impostos e contribuições

A Cooperativa está sujeita à tributação pelo Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL quando auferir resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

A Cooperativa está sujeita ao recolhimento do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN, sobre os ingressos e receitas auferidas com atos não cooperativos. A alíquota aplicada varia de 2% a 5%, de acordo com a legislação vigente de cada município.

q) Partes relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7/10/2010).

r) Resultados recorrentes e não recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

s) Instrumentos financeiros

A Cooperativa opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2023	2022
Disponibilidades		
Caixa e depósitos bancários	275.558	521.889
Relações interfinanceiras (nota 6)	19.436.730	14.008.047
	19.712.288	14.529.936

As disponibilidades são classificadas como caixa e equivalentes a caixa para fins de apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa, de acordo com os critérios definidos pelo CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.818/2020.

5. Títulos e valores mobiliários

Descrição	2023	2022
	Não circulante	Não circulante
CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda	984.784	771.131
	984.784	771.131

Trata-se de participação na Central do Sistema CrediSIS. Até junho de 2022 estava contabilizado em investimentos e conforme a IN BCB nº 268/2022 passou a ser registrado dentro de Títulos e Valores Mobiliários.

6. Relações interfinanceiras

Descrição	2023	2022
Direito junto ao sistema de liquidação	31.693	139.341
Centralização financeira (i)	19.436.730	14.008.047
	19.468.423	14.147.388

- i. Refere-se aos depósitos efetuados na centralização financeira da CREDISIS Central – Central de Cooperativas Ltda. determinado no artigo 3º da Resolução CMN nº 5.051/2022. Possui remuneração de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Foram registrados no resultado do exercício rendimentos em ingressos de depósitos intercooperativos no montante de R\$ 2.082.388 (R\$ 997.132 em 2022).

7. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade

	2023			2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Empréstimos e direitos creditórios descontados	28.781.833	7.508.011	36.289.844	22.242.240	7.526.401	29.768.641
	28.781.833	7.508.011	36.289.844	22.242.240	7.526.401	29.768.641

Foi registrado no resultado do exercício, em ingressos da intermediação financeira – operações de crédito, rendimentos no montante de R\$ 9.360.326 (R\$ 7.418.139 em 2022).

b) Composição por nível de risco e situação de vencimento

Nível de risco	Provisão %	2023			2022		
		Vencidas	Vincendas	Total	Vencidas	Vincendas	Total
A	0,5	-	9.961.010	9.961.010	-	7.162.770	7.162.770
B	1,0	18.957	19.142.194	19.161.151	10.423	10.581.763	10.592.186
C	3,0	49.960	5.048.075	5.098.035	66.686	9.802.103	9.868.789
D	10,0	40.291	958.400	998.692	148.412	1.276.299	1.424.710
E	30,0	7.688	104.450	112.138	21.132	117.789	138.921
F	50,0	1.001	143.119	144.120	73.867	294.189	368.056
G	70,0	139.240	322.111	461.351	2.984	7.329	10.312
H	100,0	63.584	289.763	353.347	44.523	158.374	202.897
		320.721	35.969.122	36.289.844	368.027	29.400.616	29.768.641

c) Composição do não circulante por ano de vencimento

Ano	2023	2022
2024	-	4.274.314
2025	4.757.231	2.217.942
2026	1.836.314	753.875
2027 a 2032	914.466	280.270
	7.508.011	7.526.401

d) Créditos baixados como prejuízo

As operações classificadas como nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses e, desde que apresentem atraso superior a esse prazo, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não figurando mais no balanço patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2023, os créditos baixados como prejuízo e registrados em conta de compensação montam R\$ 5.588.450 (R\$ 5.660.185 em 2022). Em 2023, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 346.328, substancialmente por meio de ações judiciais (R\$ 160.720 em 2022), registrados em Ingressos de operações de crédito (nota 16).

S. (-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**a) Composição por tipo de operação**

	2023			2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(807.863)	(468.359)	(1.276.222)	(712.257)	(303.834)	(1.016.091)
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(14.235)	-	(14.235)	-	-	-
	(\$22.098)	(468.359)	(1.290.457)	(712.257)	(303.834)	(1.016.091)

b) Movimentação das provisões perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2023	2022
Saldo inicial	(1.016.091)	(1.242.978)
Créditos baixados para prejuízo	274.686	833.112
Constituição da provisão para perdas em operações de crédito	(914.794)	(606.225)
Constituição da provisão para perdas em outros créditos	(14.413)	-
Reversão de provisão para operações de crédito	380.155	-
Saldo final	(1.290.457)	(1.016.091)

9. Outros ativos

Descrição	2023	2022
Pagamentos a ressarcir	40.048	-
Devedores diversos - País	38.420	5.557
Despesas antecipadas	6.792	15.350
Adiantamentos e antecipações salariais	-	22.911
Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos	-	58.235
	\$5.260	102.053

10. Imobilizado de uso, intangível, depreciações e amortizações

Descrição	Taxa anual de depreciação / amortização	Custo	Depreciação/ amortização acumulada	2023	2022
				Líquido	Líquido
Imobilizado de uso					
Móveis e equipamentos	De 10% a 20%	366.914	(221.797)	145.117	163.812
Veículos	20%	80.800	(1.347)	79.453	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	139.147	(101.232)	37.915	28.433
		586.861	(324.376)	262.485	192.245
Intangível					
Sistemas de processamento de dados	20%	77.847	(70.341)	7.506	22.611
		664.708	(394.717)	269.991	214.856

11. Depósitos

Descrição	2023	2022
Depósitos à vista	6.903.128	4.003.506
Depósitos a prazo (i)	38.679.744	33.860.078
	45.582.872	37.863.584

- i. Os depósitos a prazo são remunerados por encargos financeiros calculados com base no CDI e podem ser contratados em prazos de vencimento variados. No exercício de 2023, foram registrados R\$ 4.980.574 (R\$ 3.811.603 em 2022) no resultado em operações de captação no mercado, substancialmente de depósito a prazo.

Os depósitos estão garantidos até o limite de R\$ 250 mil por CPF/CNPJ pelo FGCoop (Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito), fundo este constituído por todas as cooperativas de crédito brasileiras e bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). O FGCoop tem por finalidade conforme seu estatuto: I - proteger depositantes e investidores das instituições associadas, respeitados os limites e condições estabelecidos no seu Regulamento; II - contribuir para a manutenção da estabilidade do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC); e III - contribuir para prevenção de crise sistêmica no segmento cooperativista. O Estatuto e o Regulamento do fundo tiveram aprovação através da Resolução CMN nº 4.933/2021.

12. Recursos de aceite e emissão de títulos

Descrição	2023
Obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio	1.040.617
	1.040.617

Referem-se às Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004), lastreadas por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel (Lei nº 10.931/2004), com vencimento em agosto de 2024. São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários, registrados no resultado, no grupo de “Operações de captação no mercado”.

13. Outros passivos

Descrição	2023	2022
Sociais e estatutárias:		
Provisão para participação nos lucros	-	139.450
Fundo de assistência técnica, educacional e social (i)	371.117	242.472
Gratificações e participações a pagar	12.584	7.684
Sobras a distribuir	3.641	-
Quotas de capital a pagar	199.483	196.304
	586.825	585.910
Diversas:		
Provisão para pagamentos a efetuar	452.072	324.445
Credores diversos no País	61.992	10.563
	514.064	335.008
Outros passivos	1.189	555
	1.102.078	921.473

- i. O FATES tem sua formação, classificação e utilização conforme a Lei do Cooperativismo e normas do BACEN (nota 15).

Os impostos e as contribuições apurados e recolhidos pela Cooperativa, bem como as respectivas declarações acessórias, os registros fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável em cada circunstância, mas em geral cinco anos.

14. Passivos contingentes

No desenvolvimento de suas operações a Cooperativa está sujeita a certos riscos, representados por ações tributárias, cíveis e processos trabalhistas, que são discutidas nas esferas administrativa e judicial. A Cooperativa não possui processos que indicam perda provável ou possível em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

É representado pelas integralizações de 1.026 e 1.034 cooperados em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respectivamente. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas quotas-partes.

No exercício de 2023, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 266.869 (R\$ 481.434 em 2022), por meio de integralizações de capital dos associados, e o montante de R\$ 249.939 (R\$ 160.505 em 2022), por meio juros sobre o capital, e também ocorreram devoluções em 2023, no montante de R\$ 168.372 (R\$ 249.860 em 2022).

O capital social é de R\$ 3.524.487 e de R\$ 2.968.012 em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respectivamente.

b) Destinações estatutárias e legais

As sobras apuradas no fim dos exercícios de 2023 e de 2022, conforme Estatuto Social tiveram as seguintes destinações:

Descrição	2023	2022
Sobras ou perdas do período antes das destinações e dos juros ao capital	3.296.455	1.159.098
Juros sobre o capital (i)	(258.485)	(168.292)
Utilização FATES	33.929	-
Destinações estatutárias:		
Reserva legal (ii)	(305.916)	(98.864)
FATES - Atos Cooperativos (iii)	(152.958)	(49.433)
FATES - Atos Não Cooperativos	(12.744)	(2.164)
Sobras à disposição da Assembleia Geral	2.600.281	840.345

- i. Juros sobre o capital integralizado, limitado à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, a serem propostos pelo Conselho de Administração da Cooperativa. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de janeiro de 2024, foram aprovados os juros ao capital nas contas dos cooperados. Adicionalmente, conforme determinado pela Carta Circular BCB nº 3.935/2019, os juros sobre o capital social das cooperativas pagos ou creditados aos seus associados foram registrados no resultado do exercício.
- ii. 10% para a reserva legal com a finalidade de reparar perdas eventuais futuras e a atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa;
- iii. 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), com a finalidade de prestar assistência e educação a seus cooperados, familiares e empregados, que podem ser executados mediante convênio com entidades especializadas, oficiais ou não. Atendendo à instrução do BACEN, o FATES é registrado como exigibilidade (nota 13).

c) Sobras acumuladas

As sobras são distribuídas ou apropriadas conforme o Estatuto Social, normas do BACEN e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 28 de abril de 2023, foi aprovada a destinação das sobras acumuladas do exercício de 2022 para distribuição de sobras (R\$ 700.000) e R\$ 140.345 ao fundo de expansão.

16. Receitas de operações de crédito

Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Rendas de empréstimos	3.237.481	6.796.398	5.661.499
Rendas de direitos creditórios descontados	1.460.825	2.478.452	1.567.306
Rendas de adiantamento a depositantes	62.118	85.476	189.334
	4.760.424	9.360.326	7.418.139
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (nota 7d)	189.566	346.328	160.720
	4.949.990	9.706.654	7.578.859

17. Ingressos e receitas de prestação de serviços e tarifas

Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Ingressos e receitas de prestação de serviços			
Rendas de outros serviços	224.573	408.513	261.849
Rendas de cobrança	29.346	56.768	50.857
	253.919	465.281	312.706
Rendas de tarifas			
Rendas de tarifas bancárias – PJ	7.380	14.355	37.260
Rendas de serviços prioritários – PF	1.500	3.090	8.575
Rendas de pacotes de serviços – PF	-	-	3.432
Rendas de serviços diferenciados – PF	-	-	8.096
	S.880	17.445	57.363
	262.800	482.727	370.069

18. Dispêndios e despesas de pessoal

Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Despesas de pessoal – proventos	(453.102)	(980.762)	(964.633)
Despesas de honorários – Conselho Adm e Diretoria	(280.080)	(626.357)	(699.439)
Despesas de pessoal – encargos sociais	(181.099)	(407.305)	(433.115)
Despesas de pessoal – benefícios	(161.488)	(348.535)	(320.814)
Despesas de honorários – Conselho Fiscal	(15.171)	(29.228)	(24.236)
Despesas de pessoal – treinamentos	(280)	(280)	-
	(1.091.220)	(2.392.467)	(2.442.237)

19. Outros dispêndios e despesas administrativas

Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Rateio Despesas da Central (nota 24.1)	(206.975)	(479.909)	(298.695)
Transporte	(75.154)	(152.472)	(156.098)
Serviços de terceiros e serviços técnicos especializados	(94.206)	(133.418)	(83.244)
Outras despesas administrativas	(79.161)	(109.072)	(67.919)
Serviços de vigilância e segurança	(44.687)	(85.014)	(78.573)
Aluguéis	(41.916)	(81.269)	(74.833)
Depreciações e amortizações	(35.498)	(77.062)	(69.207)
Serviços do sistema financeiro	(34.756)	(57.823)	(47.788)
Processamento de dados	(18.494)	(26.870)	(27.222)
Manutenção, conservação de bens e material	(18.002)	(25.568)	(22.958)
Promoções e relações públicas, propaganda, publicidade e publicações	(15.412)	(21.600)	(11.901)
Comunicações	(10.110)	(20.342)	(17.040)
Água, energia e gás	(6.730)	(13.250)	(13.572)
Viagem no país	(268)	(984)	(1.746)
Seguros	(250)	(250)	(378)
	(681.619)	(1.284.903)	(971.174)

20. Outros ingressos e receitas operacionais

Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Distribuição de sobras Central (i)	60.460	10.730	-
Recuperação de encargos e despesas	1.915	58.868	90.472
Rendas de créditos por avais e fianças honrados	150	150	-
Outras rendas operacionais	18.799	18.799	2.126
	51.324	178.547	92.598

i. Refere-se a distribuição de sobras e juros ao capital recebido da CrediSIS Central.

21. Outros dispêndios e despesas operacionais

Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Despesas de descontos concedidos em renegociações	(57.036)	(95.010)	(127.927)
Outras despesas operacionais	(297)	(297)	(21.328)
	(57.333)	(95.307)	(149.255)

22. Outras receitas e despesas

Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Receitas não operacionais			
Ganhos de capital	128.850	128.850	151.498
Lucros na alienação de valores e bens	51.764	51.764	2.600
Outras rendas não operacionais	-	-	5.044
	180.614	180.614	159.142
Despesas não operacionais			
Perdas de capital	-	(5.040)	(54.808)
	-	(5.040)	(54.808)
	180.614	175.574	104.334

23. Resultado não recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultado não recorrente no exercício de 2023.

24. Partes relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa (Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Fiscal). As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica, e são assim resumidas nos exercícios:

Descrição	2023	2022
Principais saldos:		
Ativo		
Operações de crédito	3.139.419	1.672.249
Passivo		
Depósitos à vista e a prazo	3.618.383	1.794.074
Patrimônio líquido		
Capital social	180.666	153.613
Principais operações:		
Ingressos com operações de crédito	511.428	588.069
Dispêndio com captações	(331.082)	(323.657)
Benefícios:		
Honorários	560.931	605.347
Cédulas de presença	94.654	118.328

24.1. CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda.

A CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda. representa suas associadas perante os organismos governamentais e privados ligados ao cooperativismo e às instituições financeiras.

a) Atribuições estatutárias

CREDISIS - Central de Cooperativas de Crédito Ltda. (“Cooperativa Central”) tem por objetivos organizar em comum e em maior escala do capital e dos serviços econômico financeiro e assistências de interesse das associadas, supervisionando, integrando, orientando e auditando suas atividades; proporcionar através da mutualidade, assistência financeira às associadas, com a finalidade de fortalecer o Sistema CrediSIS; promover o aprimoramento técnico, capacitando os ocupantes de cargos estatutários, funcionários e corpo de associados; e representar suas associadas perante as autoridades monetárias, as instituições financeiras, os organismos governamentais, inclusive, para firmar convênios e contratos de interesse. A Cooperativa Central está sediada em Ji-Paraná RO e tem sua área de ação nos Estados do Acre, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rio Grande do Sul e Rondônia.

b) Saldos das transações da Cooperativa com a CREDISIS CENTRAL – Central de Cooperativas de Crédito Ltda. nos exercícios:

Descrição	2023	2022
Principais saldos:		
Ativo circulante		
Relações interfinanceiras (nota 6)	19.436.730	14.008.047
Ativo não circulante		
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	984.784	771.131
Principais operações:		
Ingressos		
Ingressos com intermediação financeira	2.082.388	997.132
Outros ingressos e receitas operacionais (nota 20)	100.730	-
Dispêndios		
Outros dispêndios e despesas administrativas (nota 19)	(479.909)	(298.695)

As operações são realizadas em condições normais de mercado e regulamentações internas.

25. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência Simplificado (PRs5), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.606/2017, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	2023	2022
Patrimônio de referência (PR)	8.233.939	5.456.163
Ativo ponderado pelo risco (RWAS5)	35.286.794	28.161.460
Índice de Basileia	23,33%	19,37%

26. Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos

O Sistema CrediSIS atribui alta prioridade ao gerenciamento de riscos e capital em todas as suas atividades e operações. Para esse fim, mantém uma estrutura centralizada de gerenciamento de riscos na CrediSIS Central, cuja missão abrange a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação de riscos tanto na Central quanto em suas filiais. Entre os principais riscos abordados estão o risco operacional, risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado, risco social, ambiental e climático (SAC), gestão de continuidade de negócios e a gestão de capital.

A estrutura de gerenciamento de riscos e capital é cuidadosamente alinhada com o modelo de negócios da organização, a natureza de suas operações e a complexidade dos produtos, serviços, atividades e processos realizados. Isso é feito com o objetivo de garantir a solidez e a continuidade do Sistema CrediSIS ao longo do tempo.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017, o relatório completo da estrutura de gerenciamento de riscos da Cooperativa está disponível no site www.credisis.com.br, sob a seção "Sobre o CrediSIS/Gerenciamento de Riscos". De forma resumida, as principais áreas de gerenciamento de riscos são as seguintes:

a. Risco Operacional:

Este aspecto abrange a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos decorrentes de falhas, deficiências ou inadequações em processos, pessoas, sistemas, aspectos legais e regulatórios, tanto de fontes internas quanto externas.

b. Risco de Crédito:

O gerenciamento de risco de crédito visa aprimorar os processos de concessão de crédito, melhorando a qualidade da carteira de crédito. Isso é feito por meio da identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação do risco de crédito, com o objetivo de antecipar potenciais perdas decorrentes do não cumprimento das obrigações financeiras dos cooperados nos termos acordados.

c. Risco de Liquidez:

O gerenciamento do risco de liquidez foca na identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação do risco de não ser capaz de cumprir os compromissos esperados e inesperados sem prejudicar as operações diárias ou incorrer em perdas, mantendo um alinhamento entre os fluxos de pagamento e recebimento.

d. Risco de Mercado:

Este aspecto envolve a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte,

controle e mitigação do impacto das variações nos valores de mercado dos instrumentos mantidos pelo Sistema CrediSIS em sua centralização financeira, de acordo com suas políticas.

e. Risco Social, Ambiental e Climático (SAC):

O gerenciamento de risco SAC se concentra na identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação das possíveis perdas decorrentes de violações de direitos coletivos, impactos

ambientais, uso inadequado de recursos naturais e mudanças climáticas causadas pelas ações das cooperativas do Sistema CrediSIS, seus cooperados, fornecedores e prestadores de serviço.

f. Risco de Conformidade:

O risco de conformidade envolve a possibilidade de não cumprimento de normas legais, regulatórias e éticas. A cooperativa adota medidas rigorosas para identificar, avaliar e mitigar tais riscos, assegurando que todas as operações estejam em conformidade com leis e regulamentos. Isso inclui a implementação de procedimentos de monitoramento, controle e uma cultura organizacional focada na conformidade. O objetivo é evitar sanções, preservar a reputação e manter a confiança de cooperados e partes interessadas, com relatórios transparentes demonstrando o compromisso com a conformidade.

g. Gestão de Continuidade do Negócio:

A política de Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) estabelece diretrizes, princípios e a estrutura necessária para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar eventuais perdas, interrupções em atividades críticas e eventos extraordinários. Isso garante a resposta adequada e a recuperação dos processos críticos, assegurando a continuidade das operações do Sistema CrediSIS.

h. Gerenciamento de Capital:

Com o objetivo de atender aos objetivos estratégicos do Sistema CrediSIS, a gestão de capital identifica, mensura, avalia, monitora, reporta, controla e mitiga continuamente as exposições a riscos esperados e inesperados, garantindo o cumprimento dos requisitos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), Patrimônio de Referência de Nível I e de Capital Principal.

27. Seguros contratados

A administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros, cujas coberturas são consideradas suficientes pela administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

Gilson Henrique Mayer Carlotto

Diretor Presidente
CPF: 342.571.360-49

Rodrigo Cassiano dos Santos

Contador CRC: RO009276/O-4
CPF: 851.693.312-15



Acesse nosso site!

www.credisis.com.br